

## CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

<b>XV Legislatura</b>	<b>Reunião n.º 34</b>
<b>1.ª Sessão Legislativa</b>	<b>Data: 2023.05.24</b>
<b>2022/2023</b>	<b>Hora: 10:30 — 12:00</b>
<b>Ordem de Trabalhos: Agendamentos</b>	

### MESA DA AR

<b>Presidente</b>	Augusto Santos Silva
<b>Vice-Presidente</b>	Adão Silva
<b>Secretários</b>	Maria da Luz Rosinha
	Duarte Pacheco
	Palmira Maciel
<b>Vice-Secretários</b>	—

### GOVERNO

<b>Ministra da Presidência</b>	Mariana Vieira da Silva
--------------------------------	-------------------------

### GRUPOS PARLAMENTARES

<b>PS</b>	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
<b>PSD</b>	Catarina Rocha Ferreira
<b>CH</b>	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
<b>IL</b>	Rodrigo Saraiva
<b>PCP</b>	Paula Santos
<b>BE</b>	Pedro Filipe Soares

### DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

<b>PAN</b>	—
<b>L</b>	Rui Tavares

**Direção de Apoio Parlamentar:** Ana Paula Bernardo  
**Divisão de Apoio ao Plenário:** Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à reunião da Conferência de Líderes (CL) com a revisão dos agendamentos fixados para a quinzena em curso até 2 de junho.

Neste contexto, deu nota de que o Governo tinha solicitado que o debate com o Governo sobre política geral, com a presença do Primeiro-Ministro, agendado para o dia 31 de maio, fosse antecipado para o dia 24 de maio e que, após contactos com Grupos Parlamentares (GP) e Deputados Únicos Representantes de Partido (DURP), tinha conseguido consensualizar essa alteração e a transferência dos agendamentos anteriormente previstos para esse dia, para o dia 31.

O PAR agradeceu a disponibilidade dos GP em causa para a troca referida, no que foi acompanhado pela Ministra da Presidência (MP), em representação do Governo.

Entrando nos agendamentos a fazer nesta CL, o PAR indicou que os mesmos podiam ser feitos para os dias 7, 9, 14, 15 e 16 de junho, e adiantou que o GP do PSD tinha já requerido a marcação de um debate de atualidade sobre o tema da «Água - recurso em risco», para o dia 7 de junho, e a marcação de um agendamento potestativo de fixação da Ordem do Dia, sobre o tema «Saúde», para a reunião plenária do dia 15 de junho, a preencher com a apresentação de iniciativas legislativas. A Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) informou que o seu GP aceitava arrastamentos com este potestativo.

Antes de prosseguir com os demais agendamentos, o PAR colocou à consideração da CL a possibilidade de a sessão plenária do dia 9 de junho ser antecipada para o dia 6 de junho, 3.<sup>a</sup> feira, dando nota de que as comemorações do dia 10 de junho, em que estará presente, tal como vários Deputados, terão lugar na Régua. Nenhum GP se opôs à antecipação da sessão.

Nessa sequência, o Líder Parlamentar do GP do BE anunciou que iria requerer um debate de atualidade, sobre tema a indicar, para a sessão plenária de 6 de junho.

Passando à ronda de agendamentos para as datas disponíveis da próxima quinzena, a MP indicou as Propostas de Lei n.<sup>os</sup> 74 e 75/XV/1.<sup>a</sup> (GOV), que ficaram agendadas para a sessão plenária do dia 7 de junho, e todos os GP

agendaram uma iniciativa, com exceção do GP da IL que agendou duas, para discussão conjunta.

A MP deu ainda nota de que o Governo deverá entregar à AR, na próxima semana, uma proposta de lei sobre o regime jurídico das sociedades multidisciplinares, em cumprimento do disposto na Lei-quadro das associações públicas profissionais (Lei n.º 12/2023, de 28 de março), meta do Plano de Reestruturação e Resiliência que está em curso e que, sendo urgente, pretende ver agendada na generalidade entre 5 e 7 de julho, de forma a poder terminar-se a fase da especialidade até à interrupção dos trabalhos. Adiantou ainda que um segundo bloco com os estatutos das ordens profissionais dará entrada na AR em junho.

Foi deliberado agendar as declarações políticas para o primeiro dia possível, 14 de junho, e tendo o Deputado António Maló de Abreu, do GP do PSD, solicitado o reagendamento da sua declaração política individual, ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento, a mesma será efetuada nesse dia, na sequência das declarações políticas. Foi ainda deliberado, por maioria, agendar propostas os projetos de inquéritos parlamentares n.ºs 8/XV/1.<sup>a</sup> (IL) e 9/XV/1.<sup>a</sup> (CH) para a mesma sessão, com grelha D, após as referidas declarações, tendo os GP do CH, IL e PSD sido a favor de dar prioridade na agenda aos inquéritos e o GP do CH de uma grelha C para a sua discussão.

O PAR lembrou que a sessão plenária do dia 16 de junho contaria com a participação da Presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola, em formato de debate que se iniciaria com uma intervenção sua, de 5 minutos, seguida de uma intervenção da Presidente do PE, também de 5 minutos, após o que decorreria um período de perguntas e intervenções de cada um dos GP, até 5 minutos, e dos DURP, até 2 minutos, por ordem ascendente, e que finalizaria com as respostas da Presidente do PE, dispondo para o efeito de 10 minutos, o que significava uma grelha de tempos com um total de 56 minutos.

Encerrando este ponto, o PAR salientou que, tendo sido já requeridos agendamentos potestativos para as sessões plenárias dos dias 21, 22, 28 e 29 de junho e devendo ainda ser agendados na próxima CL a apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2022, o debate preparatório do próximo Conselho Europeu de 29 e 30 de junho e um debate com o

Governo sobre política setorial, com a Ministra da Coesão Territorial, parecia não restar muito espaço para outros agendamentos, de modo que os GP deveriam ter em conta essa possibilidade nas propostas de agendamentos que fizessem nesta CL.

### **Eleições para órgãos externos**

O PAR deu conta de que foi recebida comunicação sobre a renúncia de dois membros da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho (efetivo) e Sílvia Damila Macedo Lino Gonçalves (suplente), indicados pelo GP do PSD, pelo que cabe ao GP do PSD indicar candidatos para se proceder à eleição de novo efetivo e suplente para a CADA.

A Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) informou que o seu GP estava em condições para apresentar candidaturas para a referida eleição, bem como para a eleição de 4 membros para o Conselho de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) e de 4 membros para o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, no que foi acompanhada pelo Líder Parlamentar do GP do PS.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) esclareceu que os membros a eleger para a CADA iriam completar o mandato dos membros cessantes; relativamente ao CNPMA, informou que seriam apresentados como candidatos os atuais membros, uma vez que, nos termos da respetiva lei, «*Cada membro do Conselho pode cumprir um ou mais mandatos*» e questionou se deveria ser feita prévia audição pela comissão competente, uma vez que no caso de recondução de membros existiam diferentes práticas nas comissões.

O PAR defendeu a realização de audição prévia dos membros em comissão, mesmo em caso de recondução, tendo essa solução ficado consensualizada. Foi deliberado agendar todas as referidas eleições para o dia 7 de junho.

### **Outros assuntos**

Entrando neste último ponto, o PAR começou por referir-se às deslocações das Comissões Parlamentares a diferentes pontos do território nacional,

reconhecendo que podem ser muito úteis e afirmando que devem obedecer a dois critérios: serem pluripartidárias e organizadas de modo a não prejudicar os restantes trabalhos parlamentares, seja por colidirem com sessões plenárias, seja em razão do número de Deputados que as realizam. Houve consenso sobre esse entendimento e o PAR declarou que iria sensibilizar as Comissões para adequarem a dimensão e o calendário das suas deslocações nesse sentido.

### **Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República**

Foi consensualizado um anteprojeto de deliberação prevendo o prolongamento do funcionamento da AR até ao dia 28 de julho, com sessões plenárias para apreciações na generalidade até 7 de julho, sessões plenárias para votações finais a 19 de julho e para o debate sobre o estado da Nação a 20 de julho, seguindo-se a fixação de redações finais pelas Comissões, escrutínio urgente de iniciativas europeias ou tratamento de matérias relacionadas com a aplicação do Estatuto dos Deputados, entre 20 e 28 de julho, podendo também prosseguir trabalhos no mesmo período a Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP e a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional. O reinício dos trabalhos parlamentares em Comissão ocorrerá a partir de 6 de setembro, ficando também previstas sessões plenárias nos dias 13 e 14 de setembro.

### **Apartes em reunião Plenária e referências feitas em CL**

Sobre este ponto, o PAR aludiu ao comunicado do Sindicato dos Funcionários Parlamentares que lhe foi dirigido e aos Líderes Parlamentares, na sequência da publicação da Súmula da última CL, a respeito das apreciações críticas feitas na mesma sobre a neutralidade, equidistância e profissionalismo dos serviços, designadamente na elaboração do Diário da Assembleia da República, e, ainda, à nota da Direção de Apoio Parlamentar, sobre o mesmo assunto, distribuída na presente CL.

O PAR referiu que se há característica que valoriza a AR ao longo de toda a sua história é a competência dos funcionários parlamentares e o rigoroso apartidarismo político com que desempenham as suas funções. No que diz

respeito aos apartes, expressou completa confiança no rigor e profissionalismo do seu registo no DAR, sendo audíveis.

Tendo-lhe sido dada a palavra, a Diretora de Apoio Parlamentar reforçou a absoluta neutralidade política dos funcionários parlamentares e salientou que o registo dos apartes em DAR é feito de forma fiel e integral em todas as situações do debate em que estes sejam audíveis, independentemente do tipo de expressões utilizadas e sempre que é possível identificar os Deputados que os proferem. Tarefa particularmente difícil quando os mesmos são proferidos por diversos Deputados em simultâneo e provenientes de diferentes bancadas, tendo em conta as condições acústicas da sala.

Todos os GP e DURP, sem exceção, expressaram confiança na independência, imparcialidade e isenção dos funcionários parlamentares e no rigor e zelo com que exercem as suas funções, reconhecendo também as dificuldades de registo dos apartes.

### **Centenários de Deputados**

O DURP do L fez referência ao Centenário de Helena Cidade Moura em 2024 chamando a atenção para a importância de o assinalar, de forma a repor algum equilíbrio de género neste âmbito.

### **Próxima deslocação ao estrangeiro do PAR**

O PAR informou que se deslocará aos Países Baixos entre 7 e 9 de junho, no âmbito dos encontros das mais altas figuras do Estado com as comunidades portuguesas no estrangeiro, no quadro da celebração do 10 de Junho.

### **Próxima Conferência de Líderes**

A próxima CL foi agendada para o dia 7 de junho, às 10h30.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.24 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Debate com o Primeiro-Ministro sobre política geral**, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

**Tempos:** Grelha própria.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.25 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Declarações políticas.**

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.26 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

**Proposta de Lei n.º 63/XV/1.ª (GOV):** — Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi.

**Projeto de Lei n.º 454/XV/1.ª (PSD):** — Procede à Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos Direitos do Consumidor na Compra e Venda de Bens, Conteúdos e Serviços Digitais.

**Projeto de Lei n.º 766/XV/1.ª (PCP):** — Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto).

**Projeto de Lei n.º 775/XV/1.ª (CH):** — Altera o Regime Jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE).

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Lei n.º 674/XV/1.ª (PSD):** — Procede à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, que cria a Prestação Social para a Inclusão, alarga o Complemento Solidário para Idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais.

**Projeto de Lei n.º 768/XV/1.ª (PCP):** — Melhora as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro).

**Projeto de Lei n.º 769/XV/1.ª (PAN):** — Estabelece a obrigatoriedade do complemento solidário para idosos ter um valor nunca inferior ao valor do limiar da pobreza, alterando o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro.

**Projeto de Lei n.º 774/XV/1.ª (PAN):** — Salvaguarda o direito de acesso à Prestação Social para a Inclusão nos casos de atraso na notificação de comparência na junta médica, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro.

**Projeto de Lei n.º 776/XV/1.ª (BE):** — Alarga a proteção conferida pela Prestação Social para a Inclusão (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro).

**Projeto de Lei n.º 779/XV/1.ª (L):** — Altera as regras de atribuição da prestação social para a inclusão nos casos em que depende ainda de obtenção de atestado de incapacidade multiuso e admite a acumulação daquela com a pensão social de velhice.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Lei n.º 311/XV/1.ª (PCP):** — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

**Projeto de Lei n.º 312/XV/1.ª (PCP):** — Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.



**Projeto de Lei n.º 313/XV/1.ª (PCP):** — Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto.

**Projeto de Lei n.º 777/XV/1.ª (PAN):** — Prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais e adaptação da legislação laboral aos fenómenos climáticos extremos.

**Tempos:** Grelha C.

**Votações regimentais.**

### REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.31 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Debate de atualidade, requerido pelo GP do PSD, sobre "Incêndios rurais".**

**Tempos:** Grelha própria.

**Proposta de Lei n.º 58/XV/1.ª (GOV):** — Revê o regime jurídico dos produtos explosivos e das substâncias perigosas.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Resolução n.º 624/XV/1.ª (CH):** — Pela criação da Rede Nacional da Água.

**Projeto de Lei n.º 773/XV/1.ª (PAN):** — Garante o enquadramento legal e um financiamento adequado do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, alterando a Lei da Água.

**Projeto de Resolução n.º 313/XV/1.ª (PSD):** — Concluir os Programas Especiais de Albufeiras de Águas Públicas.

**Projeto de Resolução n.º 564/XV/1.ª (PSD):** — Agenda de ação para a água em Portugal.

**Tempos:** Grelha D.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.01 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Projeto de Lei n.º 759/XV/1.ª (IL):** — Cria o Provedor da Criança.

**Projeto de Resolução n.º 638/XV/1.ª (IL):** — Recomenda ao Governo que permita às famílias a escolha da creche e melhoria do programa creche feliz.

**Projeto de Resolução n.º 660/XV/1.ª (IL):** — Recomenda ao Governo a Criação de uma Campanha de Sensibilização para a Adoção de Crianças e Jovens de Diferentes Idades.

**Projeto de Resolução n.º 661/XV/1.ª (IL):** — Recomenda ao Governo que possibilite a conversão de salas de jardim de infância em creches.

**Projeto de Lei n.º 647/XV/1.ª (PCP):** — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade.

**Projeto de Lei n.º 770/XV/1.ª (PCP):** — Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade.

**Projeto de Lei n.º 771/XV/1.ª (PAN):** — Prevê a criação do Provedor das Crianças e das Gerações Futuras.

**Projeto de Lei n.º 772/XV/1.ª (PAN):** — Prevê a alteração da composição e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

**Projeto de Lei n.º 784/XV/1.ª (BE):** — Institui o Provedor da Criança.

**Projeto de Lei n.º 786/XV/1.ª (CH):** — Cria o Provedor da Criança.

**Tempos:** Grelha C.

**Projeto de Resolução n.º 577/XV/1.ª (PS):** — Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento final para conclusão da vinculação da República Portuguesa à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias.

**Projeto de Resolução n.º 607/XV/1.ª (PAN):** — Classificação da língua mirandesa como Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO.

**Tempos:** Grelha D.

**Petição n.º 85/XV/1.ª (APDP-Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal):** — Pelo acesso aos sistemas híbridos de perfusão sub-cutânea contínua de insulina (bombas de insulina) e pela qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1 em Portugal.

**Projeto de Lei n.º 741/XV/1.ª (BE):** — Regime de participação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1.

**Projeto de Resolução n.º 582/XV/1.ª (L):** — Recomenda ao Governo que disponibilize ao Grupo de Trabalho, constituído pelo Despacho n.º 13339/2022, a recomendação do Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Cuidados (NICE) do Reino Unido, que preconiza o acesso a “pâncreas artificial” a pessoas que vivem com diabetes tipo 1.

**Projeto de Resolução n.º 608/XV/1.ª (PAN):** — Pela disponibilização de bombas de insulina a todas as pessoas com diabetes tipo 1.

**Projeto de Resolução n.º 620/XV/1.ª (PCP):** — Participação total para o Sistema híbrido ou de ajuste de administração automática de insulina com base na monitorização contínua de glicose.

**Projeto de Resolução n.º 682/XV/1.ª (PAN):** — Recomenda ao Governo a inclusão do Sistema Híbrido de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina no regime de participação dos dispositivos médicos.

**Tempos:** Grelha própria.

**Petição n.º 187/XIV/2.ª (Cristina Maria Jorge Ferreira e outros):** — Contra o ódio e a agressão gratuita na internet.

**Projeto de Lei n.º 780/XV/1.ª (L):** — Prevê a criminalização da ciberviolência.

**Projeto de Resolução n.º 683/XV/1.ª (PAN):** — Recomenda ao Governo a implementação da lei dos serviços digitais e a promoção de ações de sensibilização e formação para o combate ao discurso de ódio online e *ciberbullying*.

**Tempos:** Grelha própria.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.02 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

**Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª (BE):** — Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior.

**Projeto de Lei n.º 743/XV/1.ª (BE):** — Cria o tipo legal de crime de assédio sexual e de assédio sexual qualificado, reforçando a proteção legal das vítimas.

**Projeto de Lei n.º 36/XV/1.ª (PAN):** — Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima sexta alteração ao Código Penal e à vigésima alteração ao Código do Trabalho.

**Projeto de Lei n.º 778/XV/1.ª (CH):** — Assegura o cumprimento da Convenção de Istambul reforçando a proteção das vítimas em caso de assédio sexual.

**Projeto de Lei n.º 781/XV/1.ª (L):** — Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica.

**Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª (IL):** — Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior.

**Tempos:** Grelha C.

**Proposta de Lei n.º 13/XV/1.ª (ALRAM):** — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação.

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 16/XV/1.ª (ALRAA):** — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.06 (TERÇA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Debate de atualidade requerido pelo GP do BE,** sobre tema a indicar oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

**Projeto de Resolução n.º 695/XV/1.ª (PS):** — Recomenda ao Governo que crie um Programa da atração de trabalhadores remotos para os territórios de baixa densidade.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Lei n.º 183/XV/1.ª (CH):** — Pelo pagamento do subsídio de doença a 100% para doentes oncológicos e para os pais de crianças com doença oncológica.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Resolução n.º 662/XV/1.ª (PCP):** — Medidas imediatas de apoio aos sectores agrícola e pecuário para combate aos efeitos da seca.

**Tempos:** Grelha D.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.07 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

— Eleição de 2 membros para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

— Eleição de 4 membros para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

— Eleição de 4 membros para o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social).

**Debate de atualidade requerido pelo GP do PSD, sobre «Água - recurso em risco».**

**Tempos:** Grelha própria.

**Proposta de Lei n.º 74/XV/1.ª (GOV):** — Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2023-2025.

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 75/XV/1.ª (GOV):** — Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e Processo Tributário e o regime das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Resolução n.º 636/XV/1.ª (IL):** — Reformulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE+).

**Projeto de Lei n.º 592/XV/1.ª (IL):** — Reforma do sistema de acesso à informação administrativa, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**

**REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.14 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Declarações políticas.**

**Inquérito Parlamentar n.º 8/XV/1ª (IL):** — Comissão Eventual de Inquérito à Atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS).

**Inquérito Parlamentar n.º 9/XV/1ª (CH):** — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para avaliação da atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), bem como da tutela política governamental destas instituições.

**Tempos:** Grelha D.

### **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.15 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Agendamento Potestativo requerido pelo GP do PSD,** incidindo sobre o tema “SAÚDE”.

**Tempos:** Grelha própria.

### **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.16 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS**

**Visita e debate com a presença da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola,** ao abrigo da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 16.º do Regimento.

**Tempos:** PAR - 5 minutos, PPE - 5 minutos, L - 2 minutos, PAN – 2 minutos, BE – 5 minutos, PCP – 5 minutos, IL – 5 minutos, CH – 5 minutos, PSD – 5 minutos, PS – 5 minutos, PPE – 10 minutos.

**Projeto de Lei n.º 742/XV/1.ª (BE):** — Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Lei n.º 324/XV/1.ª (PSD):** — Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o Continente.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**





A próxima reunião da Conferência de líderes, realizar-se-á no dia 7 de junho, pelas 10 horas e 30 minutos.

A Deputada Secretária da Mesa,  
(Maria da Luz Rosinha).

## CALENDARIZAÇÃO

MAIO 2023			
DIA 24	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 25	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 26	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 29	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 30	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 31	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS

JUNHO 2023			
DIA 01	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 02	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 05	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 06	TERÇA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 07	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIAO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 08	QUINTA-FEIRA	FERIADO	
DIA 09	SEXTA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 12	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 13	TERÇA-FEIRA	FERIADO	
DIA 14	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 15	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 16	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS